

em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na promoção profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego público (www.bep.gov.pt) disponível para consulta a partir do 1.º dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do *Diário da República*, na página eletrónica da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, por extrato.

7 de julho de 2016. — A Presidente da Junta de São Domingos de Rana, *Maria Fernanda dos Santos Gonçalves*.

309716659

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE SINTRA

Aviso (extrato) n.º 9005/2016

Contratação de sete assistentes operacionais para o exercício de funções por tempo indeterminado

Para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que o Conselho de Administração, na reunião de 05 de maio de 2016, autorizou a celebração de dois contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores classificados no procedimento concursal comum, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, n.º 203, 2.ª série, 16 de outubro de 2015 — referência 1/2015, para o posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional — área de atividade de Operador de Estações Elevatórias de Tratamento ou Depuradoras, na Divisão de Ambiente e Águas Residuais e na Divisão de Telegestão do

Departamento de Exploração e Conservação, com efeitos a 1 de julho de 2016:

— Fernando Manuel Catarino Constâncio, Posição Remuneratória 1.ª, Nível 1;

— Diogo Filipe Duarte Santos, Posição Remuneratória 6.ª, Nível 6.

Para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que o Conselho de Administração, na reunião de 11 de abril de 2016, autorizou a celebração de três contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores classificados no procedimento concursal comum, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, n.º 169, 2.ª série, 03 de setembro de 2014 — referência A, para o posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, com efeitos a 1 de julho de 2016:

— António Sanhá, Posição Remuneratória 1.ª, Nível 1;

— Carlos Manuel Lourenço Morais, Posição Remuneratória 1.ª, Nível 1;

— Ismael Manuel Viegas Ferreira, Posição Remuneratória 1.ª, Nível 1.

Para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que o Conselho de Administração, na reunião de 11 de abril de 2016, autorizou a celebração de dois contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores classificados no procedimento concursal comum, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, n.º 169, 2.ª série, 03 de setembro de 2014 — referência B, para o posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional — área de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com efeitos a 4 de julho de 2016:

— José Luís Paulino Meira, Posição Remuneratória 1.ª, Nível 1;

— Pedro Filipe de Sousa Dias, Posição Remuneratória 1.ª, Nível 1.

06 de julho de 2016. — O Vogal do Conselho de Administração, *Pedro Manuel da Costa Ventura*.

309712251



PARTE I

COFAC — COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL, C. R. L.

Declaração de retificação n.º 748/2016

Para os devidos efeitos se declara que o Despacho n.º 12921/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 13 de novembro de 2015, saiu com inexatidões no anexo.

Assim, onde se lê:

«1.º ano/1.º semestre

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Introdução ao Estudo dos Recursos Humanos	345 GES	Semestral	135	TP: 45	5	D

1.º ano/2.º semestre

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Noções Fundamentais de Economia	314 ECO	Semestral	135	TP: 45	5	

3.º ano/2.º semestre

QUADRO N.º 7

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Gestão de Recursos dos Humanos na Administração Pública	345 GES	Semestral	135	TP: 45	5	
Socioeconómica Política	310 CSC	Semestral	135	TP: 45	5	

deve ler-se:

«1.º ano/1.º semestre

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Noções Fundamentais de Economia	314 ECO	Semestral	135	TP: 45	5	

1.º ano/2.º semestre

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Introdução ao Estudo dos Recursos Humanos	345 GES	Semestral	135	TP: 45	5	

3.º ano/2.º semestre

QUADRO N.º 7

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública	345 GES	Semestral	135	TP: 45	5	
Socioeconomia Política	310 CSC	Semestral	135	TP: 45	5	

7 de julho de 2016. — O Presidente da Direção da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., *Manuel de Almeida Damásio*.

209718781



PARTE J1

MUNICÍPIO DE ESPINHO

Aviso n.º 9006/2016

Nos termos e para os efeitos do n.º 2, do artigo 21.º da Lei n.º 02/04, de 15 de janeiro, na redação atual, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08, torna-se público que, a Câmara Municipal de Espinho pretende proceder à abertura de procedimentos concursais de seleção para provimento dos seguintes cargos de direção intermédia de 2.º e 3.º grau:

Chefe da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo (2.º grau);

Chefe da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente (2.º grau);

Chefe da Divisão de Obras Municipais (2.º grau);

Chefe da Divisão de Obras Particulares e Licenciamentos (3.º grau).

A publicitação dos procedimentos concursais na bolsa de emprego público, www.bep.gov.pt, com indicação dos requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção, efetuar-se-á até ao 2.º dia útil após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a partir do qual decorrerá o período de 10 dias úteis para apresentar candidatura.

5 de julho de 2016. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

309709944